

EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Higher Education and Development in the State of Sao Paulo

Paolo Nosella – UFSCar
Ester Buffa – UFSCar/UNINOVE

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o estudo das relações entre desenvolvimento econômico-social e crescimento da educação superior paulista. A tese principal é a de que o Estado de São Paulo, devido a seu desenvolvimento econômico específico, imprimiu características próprias ao ensino superior. A primeira delas é a autonomia em relação ao poder central (*non ducor, duco* – não sou conduzido, conduzo). A segunda é a forte relação com o desenvolvimento econômico e tecnológico. A terceira, que soa como uma crítica, é o desinteresse (isto é, a tolerância politicamente interesseira) com que o Estado tratou as instituições de ensino superior particulares com fins lucrativos, sobretudo, a partir dos anos 1990. Esse desinteresse acentuou a dicotomia entre instituições universitárias de elevado padrão acadêmico, com grande tradição em pesquisa, e instituições de precário nível acadêmico voltadas apenas para o ensino. Com algumas exceções, essa dicotomia coincide com a distinção administrativa entre público e privado. Tal coincidência, porém, não é natural, é histórica. Sem afrontar a Constituição deveria o Estado de São Paulo preocupar-se (isto é, ser mais rigoroso academicamente) com as instituições particulares de todo o seu território, criando um patamar unitário de qualidade.

Palavras Chave: Universidade – História - Desenvolvimento – Estado de São Paulo

ABSTRACT

The objective of this work is to study the relationship between socio-economic development and the growth of higher education in Sao Paulo. The principal thesis is that the State of Sao Paulo made its own marks on higher education due to its specific economic development. The first mark is autonomy in relation to central power (*non ducor, duco* – I am not lead, I lead). The second is the strong relationship with economic and technological development. The third, which sounds like a critique, is the lack of interest (that is, politically self-seeking tolerance) with which the State dealt with for-profit private higher educational institutions principally from the 1990s on. This lack of interest accentuated a dichotomy between universities with high academic standards and a strong tradition of research, and institutions of a weak academic level involved only in teaching. With a few exceptions, this dichotomy coincides with the distinction between public and private administration. Such a coincidence, however, is not natural, but rather historical. Without offending the Constitution, the State of Sao Paulo should concern itself (that is, be more academically rigorous) with private institutions throughout its territory, creating a unified level of quality.

Key words: University, History, Development, State of Sao Paulo

1 – A RELEVÂNCIA DO OBJETO DE PESQUISA

O objetivo deste trabalho é o estudo das relações entre desenvolvimento econômico-social e crescimento do ensino superior paulista. O Estado de São Paulo possui uma rede escolar em todos os níveis, pública e privada, de proporções gigantescas. Em termos de ensino superior, o Estado conta, atualmente, com 546 instituições. Desde a criação de sua primeira universidade, imprimiu características próprias a seu sistema de ensino superior. Tais características, reconhecidamente importantes, diluíram-se, porém, sobretudo a partir dos anos 1990, pela caótica expansão em seu território das instituições particulares de ensino superior com fins lucrativos que, na última década, surgiram mais do que nas duas décadas anteriores juntas.

A relevância desse tema pode ser percebida até mesmo pelo impacto que o assunto tem, atualmente, nos meios de comunicação e na literatura especializada. Estamos convencidos de que algo de novo, positivo mas também perigoso, está ocorrendo no Brasil: o ensino superior está perdendo seu caráter seletivo tornando-se uma continuação do ensino médio, pois se multiplicam as escolas superiores e todos querem seus diplomas. Todavia, persiste reforçada uma hierarquia entre as instituições de ensino superior, preservando-se, assim, o caráter seletivo de algumas escolas e cursos, e o caráter massificado de outros.

2 – REFERÊNCIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Por desenvolvimento, entendemos crescimento e mudança, tanto no nível econômico quanto no social e cultural, ou seja, não só “a multiplicação quantitativa de unidades materiais e institucionais já existentes, mas também a exigência de unidades qualitativamente diferentes” (PASTORE, 1971, p. 1).

Nesses últimos anos, o tema do desenvolvimento foi marginalizado no espaço acadêmico. Discordamos dessa marginalização causada, de um lado, do endeusamento do mercado e, de outro, do fundamentalismo ecológico. Justamente porque fomos vítimas de um mau-desenvolvimento, a reflexão sobre uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável torna-se necessária. Assim, este trabalho caminha a contrapelo de certo modismo acadêmico. E nisso, não estamos sozinhos: José Eli da Veiga, num livro que acaba de publicar sobre o desenvolvimento sustentável, recoloca, de forma instigante, o debate sobre o tema.

Foram realizados muitos estudos sobre o impacto da educação no processo de desenvolvimento e vice-versa. Os economistas, principalmente, esforçaram-se para demonstrar que a educação não é um simples bem de consumo, mas um investimento sócio-econômico. Tais estudos passaram a ser lembrados como propositores da teoria do capital humano. Hoje, essa teoria é, por todos, considerada superada devido a seu caráter bastante restritivo. Entretanto, ampliando as perspectivas teóricas, a relação entre ensino superior e desenvolvimento ganha novos sentidos, e orientar novas políticas de ensino. Por exemplo, se nos anos de intensa industrialização o impacto de uma escola superior no desenvolvimento da região podia ser facilmente avaliado pela contribuição que os profissionais formados por essa escola davam à modernização da sociedade em termos infra e supra-estruturais, no momento atual, quando a produção material e até mesmo a intelectual é cada vez mais realizada pelas máquinas e pela tecnologia, como avaliar a nova relação entre ensino superior e desenvolvimento econômico-social? Qual o perfil do profissional que o futuro próximo exigirá? Nesta sociedade pós-industrial, que ainda conserva formas arcaicas de produção, qual a formação (currículo) a ser dada a esse profissional?

Uma outra importante definição conceitual que precisamos esclarecer refere-se à relação **específica** das instituições de educação superior com sua base prática, econômica e política. O fato de a escola pertencer à esfera tradicionalmente denominada de superestrutura pode dar a ilusão que ela paira acima do mundo dos interesses práticos, político-econômicos, isto é, que tem vida própria, autônoma, dependendo apenas do tradicional estatuto pedagógico das universidades medievais e modernas.

As duas coisas são verdadeiras: as instituições de educação superior não gozam de independência do mundo dos interesses práticos (do mercado e da política), entretanto, sua eficiência prática efetua-se exatamente **por meio de** sua vinculação com a tradição cultural, conservando sua autonomia e isenção científica.

Foi o que Antonio Gramsci disse, na longa nota inicial do Caderno do Cárcere no. 12, sobre os intelectuais e as instituições educativas: “o problema dos intelectuais é complexo por causa das várias formas que assumiu, até agora, o processo histórico real de formação das diversas categorias de intelectuais. As mais importantes dessas formas são duas: 1) [o orgânico] Todo grupo social, nascendo do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou duas camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (...). 2) [o tradicional] Todo grupo social ‘essencial’, contudo, emerge na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura; (...) a mais típica dessas categorias de intelectuais é a dos eclesiásticos que monopolizaram durante muito tempo alguns serviços importantes como a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, por meio da escola, da instrução da moral, da justiça, da beneficência, da assistência etc. (...) Mas, o monopólio das superestruturas por parte dos eclesiásticos não foi exercido sem luta e de forma ilimitada; por isso, nasceram, sob várias formas, outras categorias, favorecidas e ampliadas pelo poder central do monarca, até o absolutismo. Assim, foi se formando a aristocracia togada, com seus próprios privilégios, bem como uma camada de administradores como os cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos etc.”. (GRAMSCI, 2000, p. 15-17).

Por esses parágrafos é possível concluir que, para o autor italiano, a instituição universitária atual é uma instituição **tradicional** que nasceu, como estrutura orgânica, no século XI, criada pelas comunas européias, a partir do modelo das altas escolas eclesiásticas, para atender a interesses econômicos e políticos da época. Tal instituição perdura até hoje porque atende também a interesses da sociedade contemporânea, sem deixar de ser, entretanto, expressão de uma continuidade histórica, isto é, da tradição universitária. Portanto, as escolas de ensino superior constituem uma categoria de instituições tradicionais **aparentemente autônomas e independentes** dos interesses econômico-políticos, embora, para além das aparências, estejam sempre ligadas a algum tipo de interesse ideológico e material das classes sociais.

A expressão “aparentemente autônomas e independentes” pode ser *erroneamente* entendida num sentido conspiratório ou ingênuo. Não é esse o sentido que Gramsci dá à expressão. Disse ele: “esta posição (de autonomia e independência) em que os grupos sociais se colocam, não deixa de ter conseqüências de grande importância no campo ideológico e político”. (GRAMSCI, 2000, p. 17). Em suma, para Gramsci, a fidelidade de uma instituição à sua tradição é a forma política essencial para atender aos interesses práticos da sociedade atual.

Explicada a relação da instituição universitária com a infraestrutura e sua relação com o presente e o passado, ainda cabe perguntar qual o verdadeiro sentido da **crise** atual da instituição universitária, pois existe uma evolução até certo ponto natural das atividades práticas e das correspondentes escolas que formam os especialistas necessários ao seu desempenho. O fato é que, tanto umas como as outras, na sociedade em que vivemos, não decorrem de um projeto de desenvolvimento justo e equilibrado. Ao contrário, surgem de forma espontaneísta, caótica, atendendo a interesses econômicos minoritários. Ou seja, foi a **forma** dessa evolução que gerou a crise: “pode-se observar, em geral, que na civilização moderna, todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que cada atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas (...). A crise escolar que hoje se difunde liga-se precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente estabelecido: a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complexificação da crise orgânica mais ampla e geral” (GRAMSCI, 2000, p. 32-33).

Pensamos, com preocupação, no fenômeno da assustadora expansão de instituições de ensino superior que ocorreu no Brasil e especialmente no Estado de São Paulo. A expansão é necessária, porém deve responder a um projeto preciso de bem estar social para todos. Infelizmente, o que se vê é o brotar de instituições privadas como cogumelos depois da chuva, ao sabor dos dividendos que podem ser auferidos, por políticos e empresários.

3 - O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os historiadores da economia costumam situar na década de 1920 o desencadeamento de um amplo processo de modernização da economia paulista resultante do desenvolvimento da economia cafeeira e advindo de dois movimentos novos: a diversificação agrícola mercantil e a implantação de setores da indústria.^{*} Sintetizando, se a atividade urbana, que caracterizava o interior do Estado, nessa época, “consistia, de um lado, numa atividade produtiva urbana nascente, de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas como algodão, açúcar, arroz, carne etc, uma pequena indústria alimentar de apoio à concentração populacional urbana como pão, farinha, queijo, sorvete, aguardente, matadouros etc e uma pequena indústria de apoio à construção civil como serrarias, serralherias, marcenarias etc., do outro lado, a atividade urbana consistia em serviços de apoio à produção agrícola, especialmente ao pequeno produtor, como bancos, cooperativas, postos de gasolina, armazéns para venda de sementes e instrumentos de trabalho, oficinas de reparação etc. Ao lado disso, encontravam-se o corpo da administração pública e segurança e os serviços urbanos ligados ao ensino e à saúde, nas mãos de particulares e de religiosos até que a administração pública fosse capaz de assumi-los. De modo geral, o comércio era um dos núcleos básicos da atividade urbana, variando a sua diversidade conforme a importância da cidade. Em alguns núcleos urbanos – poucos – as oficinas de reparação e construção de locomotivas ou vagões, de propriedade de empresas de estradas de ferro, constituíam núcleos pesados de trabalho industrial” (SEADE, 1989, p.16).

Se nos anos 1920, foram criadas as bases que possibilitaram e em que se assentou o processo de industrialização paulista, no período seguinte (1930-1955), ocorreram significativas transformações na estrutura produtiva do Estado. Com a crise do café (que, no entanto, nos anos 1940, voltaria a ser o principal produto de exportação), outras culturas agrícolas, como o algodão e a cana de açúcar, foram implementadas, impulsionadas pela modernização da produção, passando a ser o Estado seu maior produtor nacional.

A indústria ampliou-se, modernizou-se e desenvolveu-se constituindo um parque diversificado em que os ramos tradicionais foram perdendo peso relativo. Nesse período, a urbanização acentuou-se seja pelo crescimento industrial da região metropolitana da capital (a indústria paulista representava, então, 52% do total nacional), seja pela modernização agrícola liberando trabalhadores vinculados ao campo que, assim, se dirigiram às cidades e às frentes pioneiras como o norte do Paraná (SEADE, 1989, p. 31 e 55).

O período que se inicia em 1956 mostra uma mudança no crescimento do interior e da capital. O chamado primeiro ciclo da industrialização pesada (1956-62), resultado do maciço investimento industrial na Grande São Paulo, principalmente no ABC, reforçou a concentração, na metrópole, da população, da indústria e dos serviços que se ampliaram a partir dessas demandas. Em 1970, a concentração da população economicamente ativa – PEA – no setor secundário da região metropolitana atingiu o auge – 64,7% da PEA estadual nesse setor. O segundo ciclo da industrialização pesada (1968-1973) ocasionou o crescimento e a modernização do interior provocando uma desconcentração relativa da população e da atividade urbana, tanto no setor secundário como no terciário. De 1960 a 1980 houve uma explosão no crescimento urbano do Estado que se caracterizou pelo aprofundamento da modernização do campo (processos de tecnificação e quimificação da agricultura) e a expulsão da população rural e pelo crescimento das cidades médias e da metrópole.

Entre as décadas de 1960 e 1980, o setor terciário da economia diversificou-se, de forma extraordinária, dando origem a uma numerosa classe média originada também do setor secundário. A forma de vida na metrópole mudou radicalmente e essa mudança atingiu também o interior: “A expansão do sistema bancário, das grandes cadeias de lojas, das lanchonetes, dos ‘shoppings-centers’ etc são visíveis por toda a rede urbana, instituindo-se novos hábitos de consumo possibilitados pela industrialização e disseminados pelos meios de comunicação. Isto tanto se aplica tanto aos ‘hamburguers’, aos ‘jeans’ e aos iogurtes como aos automóveis, tratores e fertilizantes. A rede de distribuição, armazenagem e comercialização dos inúmeros produtos da pauta da indústria nacional se mistura à rede urbana paulista,

* Os dados relativos ao desenvolvimento econômico paulista foram extraídos de SEADE, vol. 1, 1989.

assim como toda a rede de serviços financeiros que dá suporte tanto aos produtores quanto aos consumidores” (SEADE, 1989, p.71-72).

É importante frisar que a industrialização do interior cresceu a taxas médias superiores não só à da região metropolitana, mas, sobretudo, à da indústria nacional: em 1970, a participação do interior na indústria nacional que era de 14.6% passou para 17.1%, em 1975 e 19.8%, em 1980. Assim, o interior do Estado de São Paulo transformou-se na segunda maior concentração industrial do país, perdendo somente para a região metropolitana (SEADE, 1989, p.92).

Mais recentemente, isto é, para o ano de 2001, os dados mostram que, malgrado o avanço do setor terciário em todas as regiões do Estado, a indústria ainda é a maior responsável pela adição de valor da economia paulista, chegando a ter mais valor adicionado que a soma dos setores de comércio e de serviços. Em 2001, em termos de pessoal ocupado, temos a seguinte distribuição percentual: indústria, 26.85%; comércio, 26.86% e serviços, 46.29%. No entanto, em termos de valor adicionado, os dados são: indústria, 52.17%; comércio, 8.97% e serviços, 38.86%. A participação do setor de serviços no emprego é notável: esse setor responde por quase metade do pessoal ocupado do conjunto dos três setores (indústria, comércio e serviços), além de seu valor adicionado, embora inferior ao da indústria, ser bastante significativo, representando pouco mais de 38% desse total (SEADE, PAEP, 2001, p.2).

Outra característica importante do desenvolvimento econômico paulista é a interdependência dos setores que se integram e se complementam num grau mais elevado do que o de outras regiões do país. A parcela do setor de serviços mais desenvolvida tanto em termos de ocupação de pessoal, como de agregação de valor, é a complementar à indústria. Em seguida, vem o segmento de transporte e, finalmente, os serviços técnicos às empresas, saúde e telecomunicações. Além da interdependência dos setores pode-se constatar também uma elevada complexidade tecnológica da estrutura produtiva industrial paulista (SEADE, PAEP, 2001, p. 4).

A característica marcante do setor terciário da economia paulista é a sua grande heterogeneidade. Podemos identificar três tipos fundamentais de serviços: um deles correspondente à demanda das empresas que precisam, principalmente, modernizar sua estrutura produtiva por meio das telecomunicações e informática. O segundo tipo de serviços atende ao consumo final das pessoas, como atividades de alojamento e alimentação, de lazer e cultura. O terceiro refere-se às solicitações provenientes das políticas públicas ou governamentais, sobretudo, no âmbito das atividades sociais, saúde e educação e no âmbito da infraestrutura: transportes, energia, gás, água e esgoto, limpeza pública etc. (SEADE, PAEP, 2001, p.17-18).

O leitor atento, ao cruzar essa evolução econômica com o crescimento das instituições de ensino superior nas grandes e médias cidades do Estado, encontrará nítidas correspondências, quantitativas e qualitativas (número e tipo de cursos). Por exemplo, nos anos 1960, o aumento do número de instituições foi considerável: enquanto na década anterior, surgiu apenas uma nova instituição, na década de 1960 (1963-69), foram criadas 31 novas instituições e na década de 1970, surgiram 51 novas instituições. Na década de 1980, o número de novas instituições foi relativamente pequeno (32 novas instituições), sem dúvida, devido ao Decreto no. 86.000, de maio de 1981, que proibiu a abertura de novos cursos superiores. Essa proibição terminou em setembro de 1985. Esse Decreto sinalizava uma preocupação com a política existente de facilitação do credenciamento. Nos últimos 15 anos é que se deu um novo e mais vigoroso surto de novas instituições de ensino superior no Estado: 346, sendo a grande maioria da iniciativa privada.

O crescimento vegetativo da população é, sem dúvida, um fator responsável pelo crescimento das matrículas e das instituições de ensino superior, mas não é o único. De fato, enquanto nas décadas de 1950 a 1970 houve um considerável aumento progressivo da população, nas décadas de 1980 a 2000, o aumento da população foi comparativamente menor enquanto o do ensino superior foi bem maior. Entre os outros fatores desse crescimento estão certamente o desenvolvimento do ensino médio e a reestruturação econômica que causou desemprego levando à exigência, freqüentemente abusiva, de diplomas cada vez mais elevados.

É bem verdade que o desenvolvimento econômico não se fez sem diversas crises, até mesmo devido à característica fundamental do nosso desenvolvimento industrial: retardatário e dependente. De toda forma, a estrutura ocupacional ampliou-se e diversificou-se tanto na capital como no interior. Nas últimas décadas, essa estrutura prosseguiu sua marcha ascensional, elevando também os níveis de

complexidade. Um traço especial é representado pelo aumento da utilização da informática e seus desdobramentos em todos os setores da vida atual. Para concorrer a um posto nessa estrutura ocupacional que envolve desde a agricultura mecanizada, quimificada, até a agro-indústria, a indústria propriamente dita e o setor de serviços, comunicações, transporte, comércio, bancos, seguradoras, administração pública e privada, saúde, lazer, cultura, educação e ensino, o diploma apreça como requisito indispensável.

Também não se pode esquecer que toda a criação de escola (especialmente, pública) e sua localização envolve relações de poder, portanto, da política. Na República Velha, o objeto do desejo das elites locais e, portanto, da barganha política eram os grupos escolares e as escolas normais. Nos anos 1930 e 1940, são os ginásios e as escolas técnicas. A partir dos anos 1960, serão as faculdades de filosofia, onde estudarão também as moças de “boas famílias. Mais tarde, anos 1970 e 1980, escolas isoladas não mais satisfazem e, assim, criam-se no Estado, centros universitários e universidades, algumas públicas e inúmeras particulares.

4 - O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR

A relação do ensino superior com o desenvolvimento econômico-social permite distinguir três tipos de instituições: instituições (faculdades, cursos) *orgânicas* que surgem de determinadas necessidades práticas e desaparecem quando essas mudam; instituições (faculdades, cursos) *tradicionais* que mantêm com o desenvolvimento econômico uma relação indireta, perdurando em todas as fases econômicas; um terceiro tipo, que chamaríamos de *mista* – orgânico-tradicional - pois abrigam cursos tradicionais e orgânicos.

O estudo sobre o ensino superior de Helena Sampaio expressa aproximadamente essa mesma distinção, com outras palavras. A autora menciona as *carreiras tradicionais*: farmácia, medicina, odontologia, música, filosofia, direito, medicina veterinária, biblioteconomia, ciências sociais, engenharia, ciências econômicas, agronomia, serviço social, física, química, geografia, história, química industrial, geologia, letras, matemática, economia doméstica, enfermagem e obstetrícia, comunicação social. As *carreiras modernas* são: arquitetura e urbanismo, pedagogia, ciências biológicas, educação física, ciências contábeis, psicologia, administração, educação artística, estudos sociais, nutrição, magistério de ciências, estatísticas. Cursos mais recentes: engenharia florestal, comunicação visual, artes práticas (licenciatura de primeiro grau em artes industriais, educação para o lar, técnicas agrícolas e comerciais), turismo, desenho industrial, zootecnia, formação de professores do currículo especial do ensino médio, terapia ocupacional, construção civil, fisioterapia, fonoaudiologia, secretário executivo, processamento de dados, ciência da computação (SAMPAIO, H., 2000, p. 22).

Essa lista poderia ser ampliada, pois, novos cursos são criados, alguns são extintos, enquanto os tradicionais se transformam. Isso não ocorre, de forma arbitrária, mas tem relação com as necessidades práticas da sociedade, isto é, necessidades de sobrevivência e interesses políticos.

Sabemos que o ensino superior no Estado de São Paulo surgiu e estruturou-se, inicialmente, segundo o modelo já existente no país inaugurado pelo príncipe D. João VI, basicamente dual: poucas escolas de qualidade, diretamente planejadas e geridas pelo Estado, destinadas à elite, e uma grande constelação de escolas superiores, privadas ou “comunitárias”, fruto de pressões sócio-políticas dos estratos médios, ocupando o segundo plano na escala de prestígio social.

O primeiro curso superior criado em São Paulo, ainda nos tempos imperiais, foi a Faculdade de Direito (1827) mantida pela União. No final do século XIX, foram criadas a Escola Politécnica (1894) e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba (1899). No âmbito do ensino particular, foram criadas a Escola de Farmácia e Odontologia (1899) e a Escola de Engenharia do Mackenzie (1891).

Nas primeiras décadas do século XX, foram criadas a Escola de Medicina (1912) pública e as particulares: Faculdade de Filosofia São Bento (1908), a Faculdade de Medicina Veterinária (1928), a Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” (1933), a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Escola Paulista de Medicina (1933), atual UNIFESP.

Assim, em 1934, quando foi criada a Universidade de São Paulo (USP) havia, na cidade de São Paulo, dez escolas superiores, cinco públicas e cinco particulares, e uma no interior (Piracicaba). Ao ser

criada, a USP, seguindo o padrão brasileiro de criação de universidades, incorporou as faculdades existentes – Direito, Politécnica, Medicina, a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz (Piracicaba), a Medicina Veterinária e criou uma nova escola, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Focalizar a criação da USP apenas pela ótica das faculdades e institutos que a compuseram, seria empobrecer a análise, ainda que essas faculdades formassem a elite dos profissionais liberais em direito, engenharia e medicina. Na verdade, o ideal que movia os criadores da USP, Júlio de Mesquita Filho (do jornal *O Estado de S. Paulo*), Armando de Salles Oliveira e outros, foi a concepção de universidade “como um autêntico centro intelectual e ético que irradiaria de seu seio as forças espirituais capazes de renovar incessantemente as energias do país” (ORSO, P. J. 2003, p.206). Vários elementos, portanto, estavam presentes no movimento político-cultural de criação da USP, primeira universidade do Estado. Um deles era o desejo de que São Paulo exercesse uma verdadeira direção nacional; outro era o desfecho desfavorável da Revolução de 1932, que forçou as lideranças paulistas a abandonarem a veleidade da dominação nacional, sublimando-a na vontade de direção cultural. Vencidos na Revolução de 32, era preciso “restaurar-se na plenitude o prestígio de São Paulo”, nas palavras de Armando de Salles Oliveira. (ORSO, P. J. , 2003, p.208).

No final dos anos 1940, o governo do Estado iniciou uma política de interiorização da universidade criando, em 1948, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, a Escola de Engenharia de São Carlos, ambas pertencentes à USP, e a Faculdade de Direito de Campinas, jamais implantada. Observe-se que essas instituições tiveram um grande desenvolvimento alcançando renome nacional e internacional. Com essas iniciativas do governo estadual, o interior passou a contar com duas novas faculdades de prestígio social. Os dois núcleos de escolas superiores, um que concentrava as carreiras mais prestigiadas socialmente, planejado pelo Estado, e o outro, formado por escolas isoladas, em sua maioria particulares, cresceram de forma diferente a partir dos anos 50, o primeiro de forma controlada e o segundo de modo intenso e desordenado.

A década de 1950 viu surgir não só a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) (1955) como inúmeras faculdades isoladas, particulares e, principalmente, as seis primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, institutos isolados de ensino superior, criados e mantidos pelo governo estadual e que juntamente com outros criados posteriormente vão compor, em 1976, a UNESP, a terceira universidade pública estadual paulista. No período de 1950 a 1961, foram criadas 42 faculdades não estaduais, 12 na capital e 20 no interior.

Na década de 1960, foi criada outra grande universidade estadual, a UNICAMP (1966). As décadas de 1960 e 70 foram marcadas pela política educacional dos governos militares em resposta às pressões do movimento estudantil por mais verbas e mais vagas nas universidades. Tal política criou a rede nacional de universidades federais e facilitou o credenciamento de instituições particulares, ficando para a iniciativa particular a tarefa de acolher a imensa maioria dos estudantes “excedentes”. O C.F.E. reconheceu e autorizou o funcionamento de inúmeras faculdades, sem grandes exigências quanto à qualidade. Como desdobramento dessa política, foi criada, no interior do Estado, a UFSCar localizada no seu centro geográfico.

Na época, a expansão do ensino superior foi muito grande. Se em 1940, por exemplo, de todos os alunos matriculados na primeira série das escolas superiores do Estado, 10.2% eram alunos matriculados em escolas do interior, 25 anos depois, em 1965, essa porcentagem subiu para 50.8%, isto é, quintuplicou (PASTORE, 1971, p.35). Daí em diante, o crescimento foi constante. Em 1968, havia no interior do Estado 119 estabelecimentos de ensino superior (1 federal, 24 estaduais, 20 municipais e 74 particulares) que recebiam para matrícula inicial 50.034 estudantes. Em 1975, apenas sete anos depois, havia 324 estabelecimentos (2 federais, 33 estaduais, 25 municipais e 263 particulares) que recebiam para matrícula inicial 207.118 estudantes (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1977 p.6).

Em 2003, havia no Estado de São Paulo 475 instituições de ensino superior, sendo 129 na capital e 346 no interior (Fonte: MEC/INEP/DAES). Quanto às matrículas no ensino superior para os anos de 1992, 1996, 2000 e 2003, temos respectivamente: 500.713, 608.085, 818.304 e 1.050.054. (Fonte: MEC/INEP/DAES). Isso significa que em 11 anos (de 1992 a 2003) o número de estudantes matriculados nas escolas superiores do Estado de São Paulo dobrou.

5 - PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

A tese que permeia este texto é que o Estado de São Paulo imprimiu **características próprias** ao ensino de todos os níveis, particularmente, às universidades e ao ensino superior em geral.

A primeira característica é a preocupação do Estado com uma política educacional-escolar autônoma do poder central. Em outras palavras, a partir da República, e revigorado com a derrota sofrida em 1932, o Estado tomou a iniciativa de criar seu próprio sistema de ensino. Já os republicanos paulistas haviam criado, no final do século XIX, os Grupos Escolares e as Escolas Normais instituições que se tornaram inspiração para os demais Estados brasileiros. Na criação do sistema de ensino superior, desde a fundação da USP, em 1934, estava mais evidente a aspiração de uma hegemonia cultural nacional. Emblematicamente, no brasão do Mercado Municipal da cidade de São Paulo, está escrito em latim: *non ducor, duco*, isto é, não sou conduzido, conduzo.

A segunda característica é a forte relação do ensino superior paulista com o desenvolvimento econômico e tecnológico. Isso fez com que as escolas superiores do Estado enfatizassem um humanismo menos retórico e mais sensível à industrialização. A criação da FAPESP, como agência financiadora de pesquisas em todas as áreas, é uma concretização emblemática desse objetivo.

Uma última característica, que soa, porém, como uma crítica, é o desinteresse com que o Estado de São Paulo tratou e trata as instituições de ensino superior particulares em sentido estrito. Fica evidente o crescimento estrondoso dessas instituições. De 1934 a 1951, as instituições particulares em sentido estrito representavam 15% do total das instituições de ensino superior do Estado; de 1952 a 1962, passaram a 35%; de 1963 a 1969, passaram a 53%; de 1970 a 1976, passaram a 58%; de 1981 a 1989, passaram a 59%; de 1990 a 1999, passaram a 80%; finalmente de 2000 a 2005, representavam 88%. No cômputo geral, hoje, de um total de 546 instituições de ensino superior, as particulares em sentido estrito são 402, isto é, 93%. Foi, portanto, um crescimento contínuo e enorme. Tal fato torna-se preocupante porque, ao mesmo tempo em que o Estado se mostra condescendente com a mercantilização e a banalização do ensino superior privado, renuncia a um controle próprio sobre ele. Pensamos que a solução para isso, não seria difícil: o Estado de São Paulo poderia acompanhar a criação e o credenciamento dessas instituições mediante pareceres próprios e encaminhar ao poder central para homologação.

5.1. Universidade e desenvolvimento econômico.

O Estado de São Paulo teve sempre presente a relação universidade e desenvolvimento econômico, sobretudo, tecnológico. Se nos anos 1930 e 1950, as escolas superiores traziam a marca da economia cafeeira e da incipiente industrialização, nas últimas décadas, a tecnologia de ponta e o aumento do tempo livre têm determinado a criação de cursos superiores diferentes dos tradicionais, como por exemplo, jornalismo, comunicação, imagem e som, computação, turismo, ecologia, hotelaria, design, tecnologia de alimentos etc. A própria idéia dos Parques Tecnológicos surgiu nas universidades paulistas, nos anos 1980, com a colaboração do CNPq. Ainda hoje, o Estado defende a idéia de criar quatro grandes Parques Tecnológicos, com focos temáticos, em que universidades ou institutos de pesquisa interajam com empresas privadas: em Campinas, tecnologia de informação e comunicação; em São José dos Campos, tecnologia aeroespacial; em São Carlos, biotecnologia e, em São Paulo, nanotecnologia e novos materiais.

Entretanto, o debate atual sobre a questão do desenvolvimento sustentável leva-nos a tocar o ponto nevrálgico da crise da universidade. Ou seja, a nossa universidade orientou-se até hoje, sobretudo, pelo o ideal renascentista e iluminista de desenvolvimento, que acredita na possibilidade da indústria criar uma nova cultura, integrando as artes liberais e as artes mecânicas. Essa tese é contestada. Grandes traumas nos imobilizam: a constatação de que vivemos numa sociedade de profissionais sem trabalho e de que os recursos naturais se esgotem num futuro próximo. Diante deste quadro, a universidade está despreparada e a tentativa de modernizar o desenvolvimento resultou em novas e mais cruéis formas de exclusão e de destruição do planeta. A maioria dos homens não só ficou sem a liberdade do lazer, mas também sem a fadiga do trabalho: simplesmente homens inúteis, excedentes, excluídos. Mesmo os incluídos vivem amedrontados por guerras, violências urbanas, desequilíbrios ecológicos e falta de recursos naturais básicos como água, oxigênio, espaço. De outro lado, infelizmente, o conceito de desenvolvimento

sustentável não está claro e, menos ainda, incorporado nos novos cursos. Por isso, o estudo sobre o desenvolvimento sustentável e sobre o papel da universidade para sua realização é um dos maiores desafios deste novo século.

5.2. Função específica da universidade.

Um outro problema que levantamos é a inexistência de uma definição precisa sobre a função da instituição universitária. É ela uma instituição de pesquisa, uma instituição de ensino ou de extensão de serviços à comunidade? A diversidade de instituições de educação superior, algumas voltadas apenas ao ensino, documentos oficiais e até mesmo a Constituição Federal no seu artigo 207, comprovam que essas três funções são pensadas e praticadas de forma **justaposta**. Ainda que se afirme que a relação entre elas é indissolúvel, na prática, são consideradas justapostas e autônomas.

Do nosso ponto de vista, a universidade só se justifica quando interliga organicamente as três funções citadas, a partir da primeira, que é sua função própria e específica, isto é, a pesquisa.

Nessa perspectiva, toda criação de nova faculdade fundamentar-se-ia num núcleo permanente de pesquisa e, na medida que esses núcleos se multiplicassem, a instituição se tornaria uma universidade. Se, ao contrário, a perspectiva da instituição for o ensino, então seria mais adequado desenvolver estruturas educacionais pós ensino médio.

5.3. Expansão caótica.

Já afirmamos que a expansão do ensino superior em São Paulo foi extraordinária, sobretudo nos últimos anos, de 1990 a 2004. Mas, tal expansão foi historicamente natural; portanto, a essência da crise não está propriamente na expansão, mas no fato de ter sido caótica, isto é, consequência de meros interesses individuais. A expansão adequada é um desdobramento prático de projeto de bem estar social, universal, de médio e longo alcance.

Um segundo fator que determinou a extraordinária expansão das instituições de ensino superior foi o grande crescimento de concluintes do ensino médio. Um terceiro fator, ainda, foi a crise do emprego.

Hoje, é espontâneo se perguntar: todos os concluintes do ensino médio precisam ir para a universidade? Ou seja, o ensino superior deve ser uma continuação do ensino médio, um prolongamento da escola obrigatória? Os novos tempos em que vivemos indicam que, de fato, o ensino superior deva ser aberto a todos os concluintes do ensino médio. Nesse caso, porém, o ensino superior não pode ser pensado como modelo único de universidade e sim como um sistema educacional complexo que comporta vários tipos de instituição.

5.4. Dicotomia público/privado?

A dicotomia público-privado tomaria um sentido diferente se não identificássemos Estado com governo. Para nós, o Estado é a integração de sociedade civil e sociedade política, por isso, tudo o que pertence ao Estado, é público. Nesse sentido, as expressões *público e privado* aplicadas às escolas são inadequadas. Seria mais adequado dizer escolas *governamentais* e escolas *não-governamentais*.

A dicotomia verdadeira e escandalosa se evidencia no âmbito da qualidade acadêmica, não propriamente na esfera do jurídico-administrativo. Com efeito, instituições universitárias de elevado padrão de excelência, com grande tradição em pesquisa, convivem ao lado de inúmeras instituições de ínfimo nível acadêmico, sem pesquisa e com um ensino deficiente. Com algumas exceções, essa dicotomia coincide com a distinção administrativa entre público e privado, ou, em termos mais precisos, entre governamentais e não governamentais. Entretanto, essa coincidência não é essencial, é factual. Se é factual, pode ser superada sem que, necessariamente, todas as particulares se tornem governamentais, pois o mero fato de uma instituição ser governamental não é garantia de sua qualidade. Esta decorre

apenas do fato de o Estado ter se preocupado com ela. O Estado de São Paulo, sem afrontar a Constituição, deveria se preocupar mais com as instituições particulares de ensino superior de seu território, criando um patamar mais homogêneo e elevado de qualidade.

5.5. Questão financeira.

A crítica principal que hoje se faz ao ensino particular é a sua mercantilização. Com efeito, esse serviço, por sua natureza, não pode ser considerado mercadoria porque, em tese, a instituição de ensino superior precisa realizar pesquisas e estudos que não são, necessariamente, vendáveis. Por isso, instituições particulares filantrópicas e auto-sustentáveis são legítimas, as lucrativas, não. Entretanto, sabemos que a universidade é um serviço caro e que sem recursos é impossível oferecê-lo com qualidade. Portanto, a questão fundamental é: como ser uma empresa prestadora de serviços de qualidade, sem mercantilizar o ensino? Por outro lado, como evitar o corporativismo que exige recursos sem prestar serviço de qualidade?

Tocamos, com isso, no problema da avaliação dos resultados das instituições de ensino superior. Pensamos que não se pode dar os recursos sem solicitar resultados, nem se pode, mecanicamente, vincular recursos a resultados. Por isso, os recursos básicos têm que ser investidos, mesmo correndo riscos, mas os recursos complementares devem corresponder a resultados. Isso quanto às públicas. Quanto à instituição particular, deveria ser, para o cidadão, uma opção.

BIBLIOGRAFIA

DURHAM, Eunice R.; SAMPAIO, Helena (orgs.). *O ensino superior em transformação*. São Paulo: NUPES. 2001.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo 1920-1980*. São Paulo: SEADE. 1989. (Economia Paulista, vol. 1, n. 1,2 e 3).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE - PAEP. 2001.

FURTADO, Antônio F. A faculdade interiorana como fruto do moderno bandeirismo cultural. In: *Didática*. (5-6) 1968-1969:39-44.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria de Economia e Planejamento - Departamento de Estatística. *Ensino de 3º Grau 1975*. Série Estudos e Pesquisas 6. 1977. 318 p.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ORSO, P.J. *Liberalismo, Neoliberalismo e Educação*. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira. UNICAMP. Tese de Doutorado, 2003.

PASTORE, José. *O Ensino Superior em São Paulo: os aspectos quantitativos e qualitativos de sua expansão*. São Paulo: Ed. Nacional, Instituto de Pesquisas Econômicas. 1971, vol. 3. 222 p.

SAMPAIO, Helena. *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: FAPESP/HUCITEC. 2000.

VEIGA, J.E. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. São Paulo: Ed. Garamond, 2005.

APÊNDICE
(Tabelas I, II, III e IV)

Tabela I
Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo
2004
Classificação Oficial

Instituições Públicas	Número de Instituições
Federais	4
Estaduais	21
Municipais	23

Total de Instituições Públicas: 48

Instituições Privadas	Número de Instituições
Comunitária - Filantrópica	1
Comunitária - Filantrópica Filantrópica	3
Comunitária	5
Confessional	6
Confessional - Filantrópica	14
Filantrópica	67
Particular em Sentido Estrito	402

Total de Instituições Privadas: 498

Total de Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo: 546

Tabela II
Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo
2004

Classificação Utilizada neste Relatório

Instituições Públicas	Número de Instituições
Federais	4
Estaduais	21
Municipais	23

Total de Instituições Públicas: 48

Instituições Privadas	Número de Instituições
Confessionais Filantrópicas	22
Laicas Filantrópicas	74
Particulares em Sentido Estrito	402

Total de Instituições Privadas: 498

Total de Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo: 546

Tabela III

**Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo
2004**

Classificação por Categoria Administrativa e Sequência Cronológica

	34-51	52- 62	63-69	70-76	81-89	90-99	00-05	Total
Instituições Públicas	4	4	11	7	4	11	7	48
Federais	2	0	1	0	0	1	0	4
Estaduais	1	1	3	3	2	5	6	21
Municipais	1	3	7	4	2	5	1	23
Instituições Privadas	9	10	34	89	28	119	209	498
Confessionais - Filantrópicas	2	1	2	7	3	3	4	22
Laicas Filantrópicas	5	4	8	25	6	11	15	74
Particulares em Sentido Estrito	2	5	24	57	19	105	190	402
Total Geral	13	14	45	96	32	130	216	546

Tabela IV

Evolução da População do Estado de São Paulo
1920 - 2000

Ano		População
1920	>>	4.592.188
1930	>> *
1940	>>	7.180.316
1950	>>	9.134.423
1960	>>	12.809.231
1970	>>	17.670.013
1980	>>	24.953.238
1990	>>	30.783.108
2000	>>	36.909.200

Fonte: SEADE
www.seade.gov.br

* Nessa década, não foi realizado o censo populacional.

ANEXO
(Gráficos I e II)

GRÁFICO I

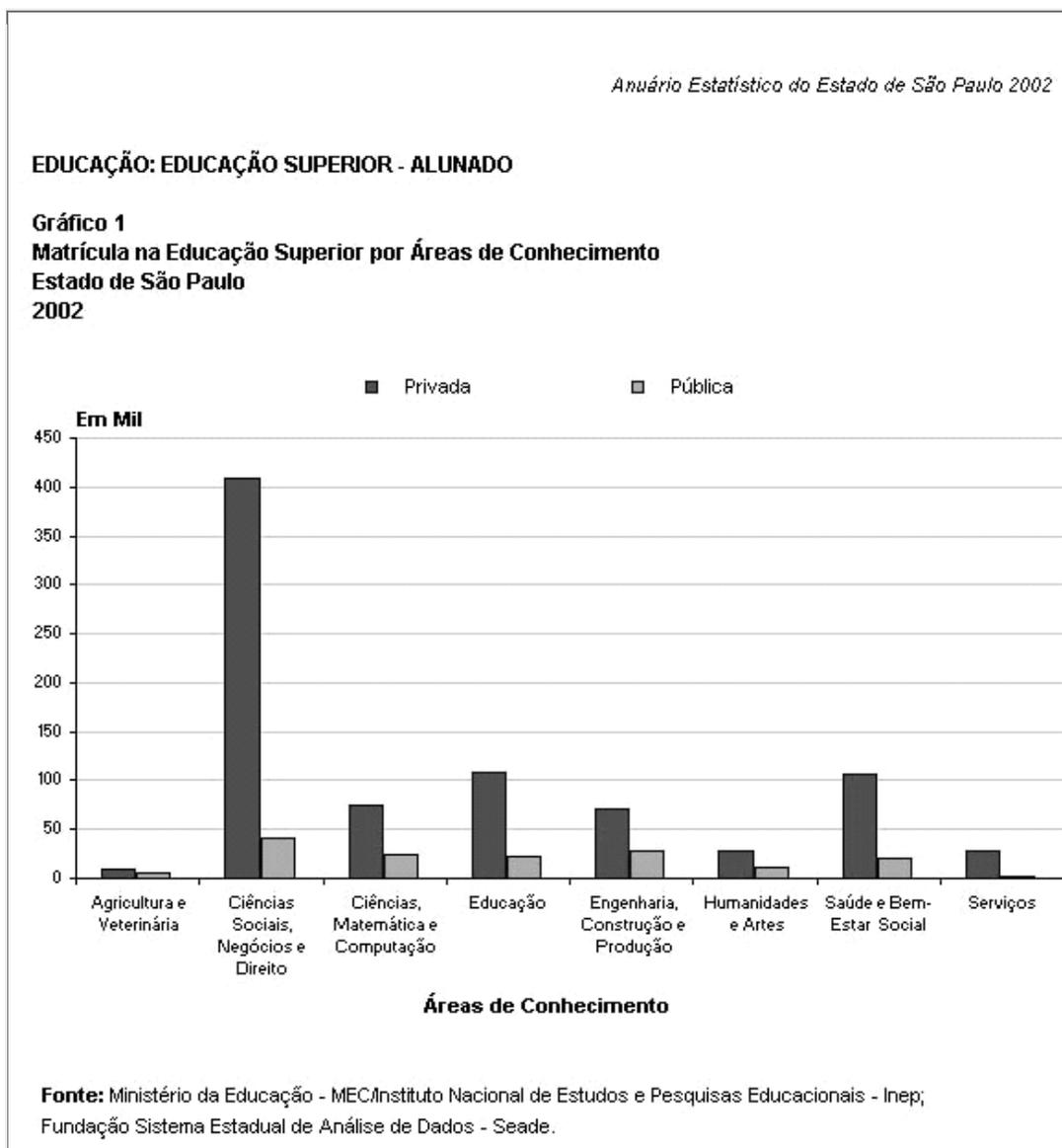


GRÁFICO II

Distribuição das Empresas, do Pessoal Ocupado e do valor Adicionado nos Setores Industrial, Comercial e de Serviços Estado de São Paulo 2001

